

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Globo Class.: 49

Data: 17 de julho de 1991 Pg.: _____

Pará e Acre condenam Código Amazônico

BRASÍLIA — O Código Amazônico — projeto de desenvolvimento econômico baseado na exploração dos recursos naturais da região, proposto pelo Governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho — vai encontrar resistências já no seu primeiro fórum de discussões. Apesar de engrossarem o coro a favor da liberação das atividades econômicas na região, pelo menos dois dos nove Governadores dos Estados amazônicos que estarão representados na reunião de hoje, em Manaus, já se manifestaram contrários à proposta. Jäder Barbalho, do Pará, e Edmundo Pinto, do Acre, não estão dispostos a endossar o Código elaborado por Mestrinho.

— A região amazônica é extremamente heterogênea e cada Estado tem suas particularidades. Por isso, é impossível generalizar uma proposta para toda a Amazônia — afirmou o Governador Jäder Barbalho.

Edmundo Pinto acha que o Código Amazônico peca ao dispensar a participação dos órgãos federais. Ele critica a ausência de proposta para o aproveitamento do potencial hidrelétrico.

Pelo menos uma adesão à sua proposta Mestrinho já pode contar como certa: a do Governador de Rondônia, Osvaldo Piana Filho. Segundo seus assessores, Piana é favorável ao Código Amazônico, apesar de as instituições financeiras internacionais ameacem suspender os recursos para a região.

Barbalho defende projeto alternativo

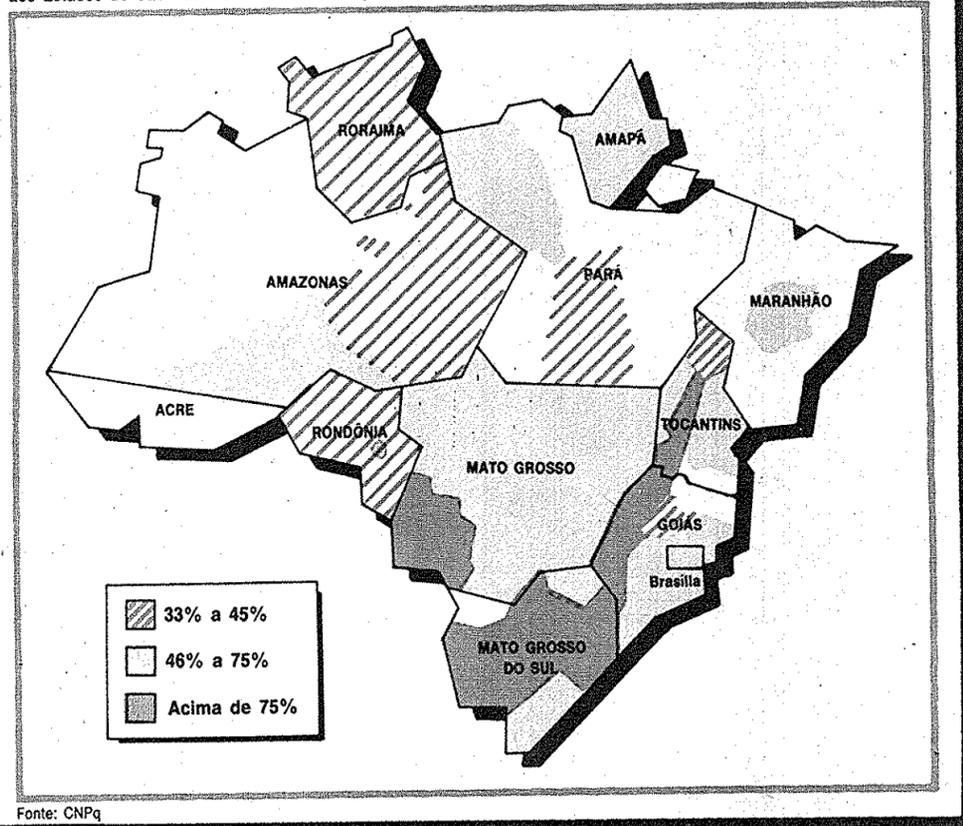
BRASÍLIA — Apesar de comungar das mesmas idéias de Gilberto Mestrinho de que a Amazônia não deve ser tratada como um "santuário ecológico" que impeça seu desenvolvimento, o Governador do Pará, Jäder Barbalho, acha que os Estados devem chegar a uma proposta alternativa, que concilie a conservação do meio ambiente com o desenvolvimento regional. Esta, segundo o Governador, é a essência do projeto que o Pará encaminhara ao Presidente Collor, para a conversão da dívida externa do Estado. Em troca dos US\$ 130 milhões que deve às instituições financeiras internacionais, o Pará está disposto a ceder um milhão de hectares de suas florestas homogêneas, que ficarão sob a guarda do Museu Emílio Goeldi por um período de 20 anos. Se abre mão de um pedaço da floresta, Jäder Barbalho quer garantir a exploração econômica do restante do território estadual.

— Dizem que as nossas madeiras são predatórias, mas se elas fecharem quem vai gerar empregos e impostos como essas madeiras geram?

● **IANOMÂMIS** — A partir do dia 19 de julho, 200 homens da Polícia Federal iniciarão a retirada dos garimpeiros que invadiram os 9,4 milhões de hectares das reservas indígenas da Amazônia Legal. A Operação Selva Livre, que custará ao Governo Cr\$ 2,3 bilhões, terá início na Serra do Surucucus, área habitada por cerca de nove mil ianomâmis e principal local de concentração dos garimpeiros. Após a retirada dos garimpeiros, será iniciada a demarcação das terras indígenas. O Diretor da Polícia Federal, Romeu Tuma, garantiu que quem desobedecer a ordem de desocupação será preso.

A presença do capital estrangeiro na Amazônia, por microrregião

Os dados levantados pelo CNPq apontam a expressiva presença dos grupos econômicos estrangeiros na Amazônia. A superfície explorada por empresas não nacionais — aproximadamente 367 mil quilômetros quadrados — equivale aos Estados de São Paulo e Santa Catarina juntos. Só a British Petroleum é dona de 174 mil quilômetros quadrados



Estudo aponta presença de multis

BRASÍLIA — Estudo do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) mostra a expressiva presença das multinacionais na exploração mineral da Amazônia e a concentração da chamada área reservada nas mãos de um número reduzido de conglomerados. As empresas estrangeiras controlam 40% do subsolo reservado da Região Amazônica (367 mil Km²), o equivalente a São Paulo e Santa Catarina juntos. E cerca de 98% desta área está em poder dos 17 maiores grupos.

O maior grupo estrangeiro da região, a British Petroleum/Brascan, detém 174 mil Km², área igual ao Rio de Janeiro, Espírito Santo e Santa Catarina — ou 13% do subsolo reservado da Amazônia. O segundo maior, o Anglo American/Bozzano, detém uma superfície de 45 mil Km², equivalente ao Estado do Rio. E o terceiro, de Eliezer Batista e Associados Estrangeiros, conta com 39 mil Km², e é formado por associações a diversas empresas estrangeiras, geralmente sediadas em paraísos fiscais, como as

Ilhas Cayman, as Channel Islands (no Canal da Mancha) e as Bahamas. Os três juntos somam 70% (258 mil Km²) da superfície em poder do capital estrangeiro — ou 19% da área reservada na Região. De outro lado, o estudo mostrou também que não está sendo obedecido o dispositivo constitucional que determina a igualdade de acesso ao subsolo entre pessoas físicas brasileiras e empresas: as primeiras detêm apenas 3% do subsolo reservado da Amazônia, enquanto as empresas ocupam 97% do total.

Feldman: 'Projeto é inconstitucional'

BRASÍLIA — O Presidente da Comissão do Meio Ambiente da Câmara, Deputado Fábio Feldman (PSDB-SP), não acredita que a proposta do Código Amazônico tenha qualquer chance de aprovação pelo Congresso. Mesmo que consiga o apoio unânime do bloco amazônico, que reúne a quase totalidade dos 110 parlamentares representantes dos nove Estados da região, o projeto, pelas previsões de Feldman, dificilmente chegará à apreciação do plenário da Câmara, por ser inconstitucional.

— A proposta é flagrantemente inconstitucional. A Amazônia foi considerada patrimônio da União e o Governo federal não pode delegar a responsabilidade desse patrimônio aos Estados.

O Secretário de Ciência e Tecnologia, José Goldemberg, também entende que o Código viola a Constituição. Para ele, Mestrinho, ao propor a autonomia estadual no controle ambiental da Amazônia, considerou o País um conjunto de Estados isolados e não uma República Federativa.

— Se isso fosse verdade, seria o caso de dissolver também a



Fábio Feldman: Congresso dirá não

Polícia Federal e o Exército, transferindo suas atribuições para os Estados.

Para Goldemberg, o Governador Mestrinho cometeu outro equívoco ao considerar que a conservação da floresta amazônica interessa somente aos estrangeiros, quando esse é um interesse primordialmente brasileiro e da população local.

Aprovada doação para meio ambiente

BRASÍLIA — As empresas ou instituições que detenham títulos da dívida externa brasileira, depósitos em moeda estrangeira ou bônus de responsabilidade do Banco Central e que estejam interessadas na preservação da natureza já podem fazer doações para o desenvolvimento de projetos no Brasil.

A regulamentação do programa-piloto de conversão da dívida em investimentos para a preservação do meio ambiente foi aprovada ontem pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). O programa-piloto, sancionado pelo Presidente Fernando Collor dia 1 de julho, limita a conversão em US\$ 100 milhões, mas segundo o Presidente do Banco Central, Francisco Gros, não serão estabelecidos limites.

O dinheiro doado, explicou Gros, jamais será repatriado. Recebida a doação, o Banco Central liberará recursos às instituições financeiras públicas para a aquisição de títulos públicos federais que serão criados em função do programa.

Estados Amazônicos

A AMAZÔNIA deixaria de ser um ecossistema e um patrimônio natural nacional, para ficar reduzida à expressão mais simples: a de simples área no mapa brasileiro, capitania dos governadores da região.

OS novos donatários seriam absolutos para reger a ocupação econômica da região. E sem qualquer preocupação: a União só apareceria para pagar a conta do zoneamento ecológico-econômico,

retrair-se em seguida, sem tugir nem mugir.

TUDO em nome de uma "soberania federativa" que jamais existiu na Constituição; e que criaria na realidade um novo país: os Estados Unidos da Amazônia, a Confederação Amazônica, ou, quem sabe, o Império Amazônico.

É A coleção de absurdos que o "Código Amazônico" do Governador Gilberto Mestrinho propõe.



Canoeístas da expedição se misturam aos caboclos no lago de Coari

Pesquisa em caiaques em Coari

Expedição vai percorrer 600 Km entre igarapés

MONICA MEDEIROS
Enviada Especial

COARI, AM — Um grupo de 19 canoeístas e pesquisadores iniciará hoje, no município de Coari, uma expedição científica que descerá o Rio Solimões rumo a Manaus. Os ecologistas percorrerão 600 quilômetros em caiaques, entrando em igarapés para encontrarem com as comunidades ribeirinhas. Eles farão um trabalho de educação ambiental. Os pesquisadores acompanharão os canoeístas em barcos maiores, fazendo um levantamento da situação econômica e social das populações.

Os habitantes de Coari festejaram a chegada dos canoeístas. Os caboclos acompanharam o passeio que os canoeístas fizeram no Lago de Coari. Os 19 caiaques se misturaram às canoas de madeira dos coarienses e, durante a confraternização, houve troca de remos. A tecnologia dos remos de alumínio — bem mais leves — impressionou os caboclos, que logo aprenderam a usá-los.

A expedição foi organizada pela Associação Brasileira de Canoagem (Abrace) e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), com ajuda financeira da Embaixada do Canadá. Uma equipe de sete médicos — clínicos e especialistas em doenças infecto-contagiosas e parasitológicas — e sanitaristas fará atendimento médico e coleta de sangue e fezes. Eles querem conhecer como circulam na região os agentes que causam doenças endêmicas, como a doença de chagas, hepatite tipos B, C e delta e sífilis.

A expedição foi organizada em quatro grupos temáticos. O primeiro composto por sociólogos — entre eles, um especialista em ecologia da Comunidade Econômica Europeia — e economistas. Vincent Brackelaire, da CEE, fará um estudo da realidade da Amazônia, base para a ampliação da cooperação entre a Comunidade e o Brasil.

Um outro grupo formado por botânicos e engenheiros florestais fará um levantamento da diversidade vegetal. Biólogos e engenheiros de pesca observarão espécies animais, especialmente peixes e anfíbios. O quarto grupo se encarregará de identificar as práticas agrícolas.